

## **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº     , DE 2015**

**(Do Sr. José Reinaldo)**

Regulamenta o inciso II do § 1º do artigo 40 da Constituição Federal, para dispor sobre a aposentadoria compulsória do servidor público aos setenta e cinco anos de idade.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei Complementar regulamenta o inciso II do § 1º do artigo 40 da Constituição Federal, para dispor sobre a aposentadoria compulsória do servidor público.

Art. 2º O servidor público titular de cargo efetivo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, será aposentado compulsoriamente:

I - aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição;

II - aos setenta e cinco anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, mediante requerimento a ser apresentado antes de atingir setenta anos de idade.

Art. 3º A prorrogação da aposentadoria compulsória, a que se refere o inciso II do art. 2º, poderá ser recusada se atestado por junta médica que o servidor não permanece em condições físicas e intelectuais adequadas para o pleno exercício das suas atribuições e responsabilidades.

Art. 4º É vedada a prorrogação da aposentadoria compulsória para servidores que exerçam atividade de risco ou sob condições especiais que prejudiquem a saúde e a integridade física.

Art. 5º Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação.

## **JUSTIFICAÇÃO**

A Emenda à Constituição nº 88, de 7 de maio de 2015, alterou a redação do inciso II do § 1º do artigo 40 da Constituição Federal, para admitir a aposentadoria compulsória do servidor público titular de cargo efetivo aos setenta e cinco anos de idade, na forma de lei complementar. Esta proposição tem por objetivo regulamentar referido dispositivo constitucional.

Muito se debateu, no âmbito das proposições que deram ensejo à Emenda à Constituição nº 88, de 2015, sobre a importância de se ampliar o exercício do cargo público para os setenta e cinco anos de idade, considerando-se especialmente o aumento da expectativa de vida do brasileiro, a qualidade do ambiente de trabalho e a necessidade de se evitar a aposentadoria precoce.

Como se sabe, aposentadoria compulsória é típica do serviço público e não alcança os empregados da iniciativa privada. Foi ela implementada a fim de se evitar que a estabilidade de que goza o servidor desse ensejo ao exercício das atividades sem as condições físicas e intelectuais adequadas.

Nesse contexto, afigura-se pertinente possibilitar à Administração a recusa do pedido de prorrogação da aposentadoria compulsória, sempre que comprovado que o servidor não permanece em condições físicas e intelectuais adequadas para o pleno exercício das suas atribuições e responsabilidades.

Finalmente, em atenção ao direito à saúde e à integridade física, não deve ser permitida a prorrogação da aposentadoria àqueles que exerçam atividade de risco ou sob condições que as prejudiquem. A eles, na verdade, devem ser adotados requisitos e critérios diferenciados

para a concessão da aposentadoria, a teor do disposto no art. 40, § 4º, da Constituição Federal.

Feitas essas considerações, conto com o apoio dos meus nobres pares para a aprovação deste Projeto de Lei Complementar, que possibilitará o pleno exercício do direito previsto no art. 40, § 1º, inc. II, da Constituição Federal.

Sala das Sessões, em                      de                      de 2015.

Deputado JOSÉ REINALDO